

A Nação em sandálias

José Nêumanne Pinto

Os trogloditas que ocuparam as galerias do Congresso Nacional e atiraram de lá moedas empacotadas, sandálias de borracha, cédulas e latas têm a pretensão de representar o povo brasileiro, vejamos só. Não explicam como nem por quê. Mas acham que seus alvos lá embaixo no plenário, as cabeças dos 559 homens eleitos para redigir a Constituição, são representantes de um poder etéreo, abstrato, enquanto eles são a Nação real, a Nação em sandálias.

Nas galerias, falando grosso, destacou-se a figura do superpelego Joaquim dos Santos Andrade, Joaquinção, presidente da Central Geral dos Trabalhadores (CGT), que ameaçou a "saúde" dos 290 deputados, acusados de serem "vendilhões" apenas porque pretendem modificar o regimento que regula os trabalhos de votação da redação da nova Constituição. Este é o primeiro esclarecimento que precisa ser feito: o famoso "Centrão" não ganhou ainda nenhuma batalha "temática" na redação da nova Constituição: Por enquanto, a única coisa que o grupo multipartidário conseguiu foi garantir a participação dos 559 constituintes eleitos, para que possam cumprir a missão a que se destinaram os votos depositados nas urnas contendo seus nomes e as siglas de seus partidos.

Por enquanto, foi jogada uma partida preliminar. A decisão do campeonato ainda é um objetivo distante. E, nesta batalha regimental, o "Centrão" não se impôs pela força das idéias, pela capacidade de arregimentação, pelo poder da organização nem pelo charme da persuasão. Nada disso. O "Centrão" conseguiu dez votos mais do que a maioria absoluta da Constituinte pela simples razão de que a modificação do regimento era necessária para que o plenário, ou seja, todos os constituintes, tivessem a liberdade de alterar o projeto que a Comissão de Sistematização elaborou. Foi uma vitória elementar da tautologia aritmética: 280 é um número maior do que 47 (maioria absoluta dos 93 membros da Comissão de Sistematização).

A ultra-esquerda, conduzida pelo líder da maioria (PMDB) na Casa, senador Mário Covas, cometeu um erro elementar de avaliação, que pode custar grandes dificuldades na elaboração do texto da Constituição pelo plenário: pensou que poderia vencer sozinha, sem o apoio da maioria moderada, a batalha pela fixação de certos dispositivos constitucionais. Para garantir essa vitória, não quis recorrer aos métodos da democracia tradicional, o voto da maioria, mas preferiu armar o golpe da formação das comissões. Ao instalar a Comissão de Sistematização com maioria, a ultra-esquerda, organizada no Movimento de Unidade Progressista (MUP), pensou que a guerra estava ganha e que o centro moderado não teria capacidade para entender seu golpe.

Ao conduzir a glória retirada de parte do PMDB, que ainda o segue, semana passada, o líder Mário Covas cometeu um erro de cálculo imperdoável para um engenheiro: ele pensou que não havia número para a votação do substitutivo Roberto Cardoso Alves e o "Centrão" provou que havia. Depois, a retirada do MUP foi, pelo menos parcialmente, responsável pela irresponsável invasão das galerias pelos vândalos liderados pelo superpelego Joaquinção e por Jair Meneguelli, presidente da Central Única dos Trabalhadores (CUT). As cenas lamentáveis de agressão física a deputados, que devem trabalhar à prova desse tipo de manifestação, representam um risco muito grande que a

frágil democracia brasileira não pode assumir: já basta a falta total de credibilidade que os políticos conseguiram amearhar nestes dois anos de democracia.

A cumplicidade de deputados do PT na ocupação das galerias por trogloditas sem autorização de ninguém para representar nada é um fato político de enorme gravidade. O Brasil não merece que a nova Constituição, que deve ser fruto de um grande acordo nacional para ser duradoura e servir de base a um regime democrático sólido e jamais efêmero, seja escrita num clima de confronto, em que a "saúde" dos constituintes venha a ser ameaçada por vozes não respeitadas sequer pelos setores profissionais que teoricamente representam.

Joaquinção é um velho especialista em "vendilhões". Seus muitos anos na presidência do maior sindicato operário da América Latina, o dos Metalúrgicos de São Paulo, são um grande exemplo de mobilidade política: foi ligado ao governo de Goulart e aderiu rapidamente ao golpe militar de março de 1964, para, em seguida, engrossar as fileiras da oposição ao mesmo regime, quando ele começou a ruir. Hoje é um daqueles "inocentes úteis" que, no passado, o Partido Comunista Brasileiro usava como elementos auxiliares. Só que basta ler seu currículo para se perceber que ele não é tão inocente assim. E quem conhece a CGT por dentro pode deduzir que não é também muito útil, uma vez que ele é hoje apenas um pelego sem emprego, pois não tem mais bases operárias nem representa nada do ponto de vista partidário.

Joaquinção, contudo, é uma figura menor nesta história. O que interessa discutir é a questão da segurança da Constituinte e o decoro parlamentar, ou a falta dele, dos deputados que conduziram os vândalos às galerias. Na verdade, mais uma vez Roberto Cardoso Alves se enche de razão quando diz que é impossível votar uma Constituição no clima armado para uma simples votação de modificação do regimento. Se for necessário esvaziar as galerias para que a Constituição possa ser votada em paz, urge que isso aconteça. Qualquer pressão — venha do Palácio do Planalto ou se origine da CUT — é intolerável e a Mesa da Constituinte não estará cumprindo seu dever se permitir a interferência ilegítima das hordas das galerias na votação do texto, que deve ser a mais isenta e a mais independente possível.

É necessário também que o multipresidente da Constituinte, do PMDB e da Câmara, Ulisses Guimarães, use de todo o rigor para punir os parlamentares que se envolveram nos lamentáveis incidentes que resultaram na agressão das galerias contra o plenário. Os 559 parlamentares foram eleitos e têm igualdade de condições perante a lei no trabalho árduo e complexo de redigir a nova Constituição. Fugir dessa missão para conduzir bárbaros armados de sandálias japonesas é muito mais do que ferir o decoro: é não ter decoro nenhum!

A atitude dos que atiraram projéteis de toda natureza, até mesmo cusparadas, contra os constituintes não é fruto da democracia e ninguém deve se enganar quanto a isso. A democracia tem rituais para que não se transforme em desordem. Os representantes do povo, mesmo calçando sapatos, estão no plenário votando e não nas galerias, urrando. Usar sandálias de borracha não é nem mesmo símbolo de dispor de um mandato parlamentar legítimo. Ulysses deveria levar isso em conta.